R 2.10

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 78/79

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 2 – Nº 20

26 DE DEZEMBRO DE 1978

PERIÓDICOS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

AGROANALYSIS é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola (GIA) dedicada à análise e previsão dos mercados agropecuários, cuja periodicidade é quinzenal de fevereiro a agosto, e mensal de setembro a janeiro.

COORDENADOR Paulo Rabello de Castro

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Abastecimento, Tributação, Infraestrutura Rural	–	Ailton Coentro Filho
Insumos Modernos, Meteorologia	–	Bruno M. Rangel Pessanha
Economia Internacional, Feijão	–	Roberto Moreno Moreira
Situação Fundiária e Trabalhista, Política Nacional	–	José Marcos Lemos Fochi
Moeda e Crédito, Cana-de-Açúcar, Mandioca	–	Moema Unis Benevides
Arroz, Café, Fumo	–	Regis N. Cunha Alimandro
Pecuária Bovina	–	Antonio R. Marques Gonçalves
Oleaginosas, Trigo, Metais	–	Fernando R. Freitas Almeida
Serviço de Informações Básicas	–	Francisco A. Fonseca Menezes
Fibras, Processamento Agroindustrial e Agrocomercial	–	Inês Teresa Lyra
Cacau, Fruticultura, Horticultura	–	Itazil F. Benício dos Santos
Milho, Rações, Animais de Pequeno Porte	–	Ivan Wedekin

QUADRO DE APOIO

Documentação	–	Maria Eunice Rocha
Secretaria	–	Maria Dolores G. Fernandez
	–	Maria Beatriz R. Fernandes
	–	Maria do Carmo M. Gomory
	–	Desirée Virgínia Machado
	–	Jorge Martins dos Santos

Agroanalysis. v.I – , n.1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30cm Quinzenal (fev. a ago.)
Mensal (set. a jan.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

Vol. 2 nº 20

26 de dezembro de 1978

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 78/79

SUMÁRIO

Páginas

Nota da Edição II
Café 1
Cacau 4
Arroz 7
Milho 10
Leite 13
Suco Cítrico 15
Avicultura 18
Carne Bovina 20
Algodão 22
Soja 24

Agroanalysis	*Rio de Janeiro*	*v. 2*	*nº 20*	*págs. 1-27*	*dez. 78*

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 78/79

NOTA DA EDIÇÃO

O ponderável e o imponderável de uma safra, uma vez definidas as dimensões do plantio.

Nos últimos anos, o desempenho de cada safra brasileira tem-se tornado cada vez mais uma incógnita. As previsões oficiais, marcadamente otimistas, vêm sendo contrariadas pela realidade dos fatos, ditada ora pelo comportamento-resposta dos produtores à política do setor, ora pelos fatores aleatórios (meteorológicos), quando não, pelos dois.

As distorções de ordem estrutural prevalecentes no setor, e sobre as quais as medidas oficiais são geralmente tímidas, têm constituido a principal fonte de desacerto nos diversos prognósticos das safras agrícolas brasileiras. Recentemente algumas previsões, por não desconhecerem este aspecto, fizeram oscilar os números da próxima produção agrícola dentro de um intervalo, na dependência exclusiva do comportamento do clima durante o ciclo das plantas. Relegam-se, no caso, outros fatores influentes, mais dependentes da situação financeira e do próprio estado de ânimo do produtor, como, por exemplo, os tratos culturais, o uso adequado de insumos modernos etc. Esta situação adquire foros ainda mais amplos se considerarmos que parte substancial da produção de alimentos básicos (arroz, feijão, mandioca e milho), de hortícolas e de produtos destinados à transformação industrial, é oriunda de pequenas propriedades de exploração familiar e não de empresas agrícolas. Portanto, há muitos outros fatores imponderáveis na agricultura brasileira, além daquele relacionado ao clima.

Para se chegar a uma previsão de safras agrícolas brasileiras com maior grau de fidedignidade, na carência de recursos humanos e eletrônicos (técnicos, satélites e computadores) necessários não só à macrovisualização das áreas de plantio e de suas condições fitossanitárias mas também ao acompanhamento dos fenômenos meteorológicos, teríamos que dedicar redobrada atenção aos padrões estruturais de comportamento dos agentes produtivos rurais, às medidas administrativas oficiais recém-tomadas, à realidade dos mercados e ao estado de ânimo do produtor, reflexo psicoló-

gico final dos elementos anteriormente citados.

Predominância do incógnito e do imponderável no pré-julgamento da safra 78/79.

Abastecimento interno.

Embora seja inteiramente contraproducente uma postura de oráculo ou pitonisa a esta altura dos acontecimentos, o mínimo que se pode aconselhar sobre o ano agrícola brasileiro, ora em decurso, é conservar-se o espírito prevenido: se qualquer ufanismo é atitude mal fundamentada, o mesmo não se diz daqueles que olham com reservas as perspectivas do futuro próximo. As bruscas mudanças nos preços relativos entre diversas explorações rurais alteraram o panorama tradicional de avaliação das áreas de plantio, restando pouco suporte às projeções com base em anos anteriores. Por outro lado, a episódica restrição creditícia sobre muitas unidades produtivas, bem como as irregularidades climáticas antes e durante o plantio elevaram o conteúdo de incerteza sobre as cifras estimadas para as safras vindouras. Quanto ao porvir, ainda mais imponderável.

A perspectiva de normalização do abastecimento interno, embora não delineie um quadro otimista, encontra na hipótese de se verificar uma situação climática propícia, o respaldo probabilístico de realizar-se de forma menos conturbada do que a ocorrida em 1978. No entanto, a esta altura, parece improvável que a eventual recuperação da produção agrícola na próxima safra se verifique a nível capaz de permitir, de imediato, empreender uma política objetiva de estocagem reguladora, para a qual, evidentemente, se faria necessário certo nível de abundância inicial.

Em relação aos produtos mais vinculados ao abastecimento interno, principalmente aqueles cujas quebras de safra 77/78 se revelaram de maior monta, os preços relativos praticados no mercado livre, seguramente não configuraram incentivo suficiente à concretização de uma aumento substancial de área na safra ora em plantio. O número de hectares a ser cultivado com milho em 78/79, constitui exemplo bastante adequado. Baseando-se, provavelmente, no pressuposto do estímulo-preço, as autoridades julgaram dispensável a concessão de outros incentivos à lavoura. No entanto, as eventuais dificuldades financeiras dos agricultures, conjugadas às restrições creditícias, deverão provocar um crescimento de área de plantio significativamente inferior ao desejável. Em conseqüência, o Brasil será novamente obrigado a abdicar de sua participação no mercado internacional, se pretender formar estoques de emergência de milho, ainda que exíguos.

A despeito da provável redução da área de plantio do arroz de sequeiro, a obtenção

de uma boa produtividade na região Centro-Sul, da ordem de 1250 kg/ha, (admitindo-se bom desempenho também nas demais regiões produtoras) tornará possível uma colheita capaz de permitir a estabilização real dos preços em 1979, aos níveis atuais. No entanto, o retorno ao mercado internacional, desta feita como exportador, ou a recomposição dos estoques de segurança, afiguram-se como objetivos excludentes e de consecução bastante incerta.

A partir de meados de 1979, iniciaremos o terceiro ano consecutivo da nova fase altista do ciclo pecuário de preços, o que permite prever um abastecimento dependente da disponibilidade internacional de carne bovina. Embora se espere que a taxa de crescimento dos preços da carne à época da entressafra vindoura, se situe em patamar inferior ao verificado no período correspondente a 1978, a média real das cotações de bovinos durante 1979 será certamente, superior à verificada ao longo do ano anterior. Provavelmente, a retenção de fêmeas continuará a se verificar, tornando imprescindível a realização de significativas importações, para que seja possível um abastecimento isento de grandes perturbações.

Apesar de se ter verificado, em 1978, a recuperação do volume produzido de leite em relação à queda ocorrida em 1977, o abastecimento à população ainda não se configura tranqüilo. As manobras políticas que vêm sendo promovidas pelas usinas de beneficiamento objetivando à obtenção de financiamento subsidiado para processar a estocagem de leite em pó, poderá resultar, afinal, em desestímulo ao produtor.

A perspectiva do desempenho futuro da oferta interna de produtos agrícolas não parece permitir maiores otimismos. Ainda que a situação climática revele-se propícia ao bom desenvolvimento da safra 78/79, a agricultura poderá permanecer exposta às acusações de constituir um dos principais focos de pressão inflacionária. O aperto da oferta interna, se iminente, poderá ser no entanto, como também poderia ter sido em 1978, contornado por importações. Neste ano, o recurso às compras externas não foi acionado com a plenitude que se fez necessária, em decorrência não só da situação precária de nossa balança comercial, como também pela indecisão em optar-se declaradamente por esse expediente, talvez pelos volumes envolvidos e por temor de reflexos políticos indesejáveis.

No próximo ano, a última causa aventada possivelmente terá menor peso relativo. No entanto, a situação da balança comercial deverá permanecer precária, agravada ainda pelo fraco desempenho que se vislumbra para alguns dos principais produtos agrícolas de exportação.

Produtos de exportação.

Com efeito, a expectativa generalizada do mercado de oleaginosas vem conferindo à próxima safra mundial de soja caráter de recorde, bastando para isto que se confirmem os números atuais da produção norte-americana e que a safra sul-americana não apresente quebra ponderável. Se tal expectativa se concretizar, as cotações do complexo soja certamente não avançarão além dos níveis atuais. Entretanto, não apenas a soja terá oferta inédita em 78/79. Vários de seus substitutos, cujas principais zonas de produção têm desfrutado de boas condições climáticas, deverão obter bons resultados, o que fatalmente, constituirá novo óbice às eventuais elevações dos preços da soja.

A receita cambial proveniente das exportações de café brasileiro em 1978, deverá obter boa *performance*, embora não supere a de 1977. Em 79, no entanto, a repetição do desempenho do ano anterior configura-se como um objetivo improvável: se, por um lado, a geada de agosto comprometeu mais de 30% da safra 79/80 do Brasil, por outro, a situação estatística do mercado mundial indica ainda uma relativa folga quando comparada com o período pós-75. Adicionalmente, o reduzido estoque brasileiro não deverá permitir sequer a manutenção da meta de exportação anual em 12 milhões de sacas, como vem ocorrendo durante os dois últimos anos.

Quanto ao cacau, a safra temporã 79/80 brasileira, desponta como uma das melhores dos últimos anos, enquanto a redução prevista da produção africana, se confirmada, deverá provocar um déficit entre produção e moagem para o próximo ano. No entanto, a animadora perspectiva desfrutada pelo cacau, bem como por outros produtos agrícolas de exportação de menor peso relativo, como suco cítrico e frango, infelizmente, não consubstanciarão um aumento da receita cambial brasileira capaz de compensar o modesto resultado de exportações com café e soja. Destarte, ficam afastadas as condições de bonança cambial do período 76-77, bem assim, com um pouco de sorte, excluída a repetição das perdas suportadas no fatídico 1978.

Preliminares para a formulação de uma política agrícola adequada a 1979.

No âmbito estritamente conjuntural da atuação de governo sobre a agropecuária, o ano de 1979 deverá exigir atenção especial para três questões cardeais:

1º) O planejamento das metas para a futura safra 79/80, logo que se firmem os ní-

veis de colheita da produção ora em decurso.

2º) Monitoria cuidadosa e permanente das operações de comercialização dos produtos exportáveis, mormente café e soja, contornando-se manobras do exterior e evitando-se a instabilidade de regras, internamente.

3º) Atenção especial à normalização dos fluxos de abastecimento interno, seja pela formação de estoques anti-especulativos intra-anuais, seja através de importações tempestivas e moderadas, caso necessário.

Todos esses cuidados são de natureza geral, deles dependendo as chances dos executores da política agrícola em viabilizar, concretamente, as declarações de prioridade e racionalização expostas, até agora, no plano das idéias do futuro governo.

No primeiro caso, surge o planejamento antecipado da safra 79/80, não só como medida salutar de antecipação aos fatos consumados, como também em virtude da necessidade de se programar uma verdadeira política de estoques reguladores no país. Como vimos, a oportunidade para formação desses estoques depende de um excelente desempenho da agricultura, gerando disponibilidades estocáveis para futuras emergências. Nesta safra 78/79, não se pode contar certo com tal oportunidade, mas o momento já é propício para a formulação de metas para a safra seguinte.

No segundo caso, trata-se de procurar maximizar as ocasionais vantagens de preço nos mercados externos, principalmente de café e de soja, porque os prognósticos revelam para 1979 um ano de comercialização particularmente delicada para esses dois produtos. Eventuais mudanças na política de exportação devem ser encaradas com grande cautela, pois a experiência revela que, em boa parte dos casos, o zelo das autoridades em se antecipar ao mercado internacional provocou perdas reais de receitas cambiais, e grande confusão entre os pacientes internos dessas variações de políticas.

Finalmente, quanto ao abastecimento interno, dos executores da política agrícola se exigirá o correto discernimento e a necessária antevisão dos fatos para encontrar a dose certa de intervenção. Esta pode se operar, conjugada ou separadamente, mediante a compra de estoques de segurança, de caráter anti-especulativo, prevenindo altas imoderadas, para desova no mesmo ano de aquisição; ou ainda, com o devido destemor, se a situação assim o exigir, mediante importações consideradas essenciais. Sobre este último aspecto, essencialmente arbitrário, vale ressaltar a questão do

"quando" e o problema do "quanto". Importações de operação demorada acabam por prejudicar o mercado interno, se não forem acionadas com grande antecipação. O volume a ser importado, por outro lado, é questão de suma importância, cujo cálculo deve levar em conta o caráter dinâmico das decisões futuras de produção, estas influenciadas fortemente pelas variações de preço (negativas, pela ótica do produtor) provocadas pelas importações.

Em suma, o prognóstico imediato da safra 78/79 leva a crer que o próximo ano constituirá teste difícil para a futura administração, podendo deixar claro, desde logo, o grau de proficiência dos seus mentores e executores.

Comentários

CAFÉ

...E A GEADA CHEGOU.

Durante o segundo semestre de 1978, as cotações internacionais do café têm logrado recuperação, ainda que moderada, em relação aos níveis de preços praticados nos primeiros seis meses do ano.

Tal recuperação se deve, em muito, à expectativa de redução da disponibilidade internacional de café para a safra 79/80, decorrente dos efeitos danosos da geada que, em agosto último, atingiu as regiões produtoras do sul do Brasil.

As estimativas preliminares acerca do grau de redução da próxima safra brasileira, não justificavam, no entanto, a imediata suspensão da oferta de café do Brasil, objetivando auferir preços mais elevados. Razão por que o Instituto Brasileiro de Café (IBC) aumentou o incentivo concedendo descontos diversos aos importadores. Na verdade, esta sistemática, novamente adotada pelo IBC, empresta maior dinamismo às exportações brasileiras, sem a necessidade de abdicar do controle sobre os volumes e preços das exportações de café que o preço mínimo de registro oferece.

ESTIMATIVAS DE QUEBRA DE SAFRA: UM RECURSO SEMPRE MOBILIZADO.

Em relação às estimativas sobre a extensão dos efeitos danosos da geada, mais uma vez assistiu-se à divulgação de previsões claramente prematuras e, algumas vezes, até mesmo tendenciosas. O USDA estimava em 25 milhões de sacas a safra 79/80 brasileira, antes da geada de agosto. Alguns dias após a ocorrência do fenômeno climático, o Departamento de Agricultura dos EUA reavaliava sua previsão para 22/24 milhões de sacas. Decorridas algumas semanas, outra previsão do mesmo Departamento era divulgada, estimando, desta feita, uma produção da ordem de 18/21 milhões de sacas. Por sua vez, o IBC previa inicialmente uma colheita da ordem de 24,3 milhões de sacas, que foi reavaliada para 16,1 milhões logo após a geada. Posteriormente, o IBC divulgou nova estimativa, situando a quantidade a ser produzida em torno de 15,5 milhões de sacas.

Atualmente, o IBC está realizando o primeiro levantamento oficial da safra 79/80. Fontes do mercado acreditam que a previsão a ser anunciada não deverá diferir substancialmente em relação à última estimativa – 15,5 milhões de sacas.

O PANORAMA MUNDIAL

Em relação à safra mundial 78/79, o quadro estatístico atual pouco difere daquele de meados de 78. Segundo estimativa do USDA, a produção mundial exportável deverá situar-se em torno de 56,3 milhões de sacas de 60 kg. O Departamento de Agricultura dos EUA supõe que, a despeito da quebra da próxima safra, o Brasil não deverá reduzir sua participação no mercado mundial durante o 1º semestre de 1979 – 1 milhão de sacas mensais. Apesar da recuperação que se verifica atualmente nos níveis de consumo de diversos países importadores, espera-se que a quebra da safra brasileira resulte tão somente na redução da folga da oferta durante 1979.

Comentários

PREÇOS INTERNOS NÃO SE RECUPERAM

Apesar da moderada recuperação das cotações internacionais, verificada durante o segundo semestre de 1978 e da boa performance das exportações brasileiras em termos de quantidade no mesmo período, os preços das transações internas não apresentaram a evolução desejada. A falta de liquidez financeira com que se defronta, tanto o produtor quanto o comerciante de café no Brasil, explica este aparente paradoxo, o qual também exemplifica a contradição entre os principais objetivos da política econômica, da forma com que vêm sendo perseguidos.

IBC E MERCADO INTERNACIONAL; OS DOIS GRANDES COMPRADORES DE CAFÉ DO BRASIL

A insuficiência do crédito disponível para comercialização do café tem impedido que o produtor estabeleça um perfil ideal para a venda de seu produto. Em conseqüência, em pouco mais de seis meses, o IBC adquiriu 7 milhões de sacas de café, volume próximo ao total exportado pelo Brasil no segundo semestre de 1978.

O elevado estoque do IBC assume importância ainda maior frente ao atual quadro estatístico do mercado e das perspectivas pouco alvissareiras da próxima safra brasileira. Supondo a imediata desativação das compras oficiais e a manutenção da quantidade mensalmente exportada em torno de 1 milhão de sacas, em fins de março de 1979 o estoque privado brasileiro deverá ser, no máximo, da ordem de 5,5 milhões de sacas, volume este definitivamente insuficiente para atender à demanda total de café brasileiro até a entrada da nova safra. O estoque oficial, formado para propiciar liquidez financeira ao setor, será então, fatalmente requisitado.

O QUE FAZER DOS ESTOQUES

Embora algumas fontes fidedignas do mercado cafeeiro tenham, recentemente, veiculado informações que dão conta de embarques de café realizados diretamente pelo IBC e da implementação de contatos objetivando a concretização de outros negócios também de vulto, é preciso encarar cuidadosamente essas informações. Tendo em vista a atuação pretérita da direção do IBC, a via estatizante da comercialização, embora mais cômoda, não seria a escolhida. No entanto, é impossivel afirmar que tal caminho não seria seguido. Neste caso, veríamos o setor exportador em situação delicada, com elevado nível de ociosidade.

Na hipótese de se confirmar o desempenho do IBC no passado, descartando a estatização do segmento que comercializa, algumas dificuldades advindas daquele quadro estatístico singular, certamente já preocupam as autoridades ligadas ao setor:

– como desativar imediatamente o mecanismo de compras oficiais, perante a "impossibilidade" de aumentar o volume de recursos destinados ao crédito de comercialização?

Comentários

– superado o primeiro obstáculo, em que momento deverá ser iniciada a desova dos estoques oficiais, sem que tal fato contribua para a redução dos preços internos e externos?

– através de que canais será distribuído o volume requerido do produto, tendo em vista o objetivo de não permitir ociosidade da estrutura interna de comercialização?

– supondo estabilidade das cotações do café aos níveis atuais nos mercados interno e externo, dificilmente o IBC obterá pelo seu produto o preço necessário à cobertura dos custos da formação do estoque. Neste ponto, dois caminhos se vislumbram:

a) vender a preços incompatíveis com os custos da autarquia, o que significa subsidiar o retorno de café para os comerciantes;

b) estabelecer regras especiais para a comercialização do estoque oficial, como por exemplo um confisco cambial menor, com efeitos distributivos equivalentes.

Sejam quais forem as respostas a estes quesitos, as quais certamente influenciarão em muito o comportamento do mercado nos meses vindouros, um registro deve ser feito: atualmente, não são apenas os produtos agrícolas vinculados mais diretamente ao abastecimento interno que padecem dos efeitos da política econômica atualmente implementada.

Comentários

CACAU

RECEITA COM EXPORTAÇÕES DE CACAU BISARÁ O DESEMPENHO DE 1977.

Tendo em vista o encerramento do ano, no qual a receita das exportações de cacau repete a sua boa **performance** de 1977, faz-se necessário um retrospecto do comportamento do mercado internacional do produto, salientando os dois principais acontecimentos — a oferta africana e a boa produção da safra temporã brasileira — que exerceram grande influência no desenvolvimento dos preços durante 1978.

No início do ano, as cotações dos futuros para primeira entrega vinham sendo influenciadas por notícias que previam uma super-safra mundial em 77/78 e, em conseqüência, um excedente entre a produção e a moagem de cacau, na época estimado em 177 mil t. Como resultado, as cotações de cacau sofreram, durante os quatro primeiros meses do ano, um decréscimo da ordem de 20% em relação ao primeiro quadrimestre de 77.

SAFRA TEMPORÃ ATINGE PRODUÇÃO ACIMA DE 2,0 MILHÕES DE SACAS.

A partir do mês de maio — início da safra temporã brasileira — quando o Brasil se encontra praticamente só no mercado, os preços da amêndoa enveredaram por uma trajetória ainda mais baixista, indicando a absorção das previsões iniciais da safra temporã brasileira que, à época, estimava-se, atingiria uma produção de 2,0 milhões de sacas. Surpreendendo as expectativas, a produção total desta safra intermédiária atingiu 2,5 milhões de sacas, volume este superado somente pelo da safra recorde de 73/74.

Paralelamente ao desenrolar da colheita da safra temporã brasileira, desenvolvia-se, tanto no Brasil como na África, a safra referente ao ano agrícola 78/79. Inicialmente, as informações indicavam uma situação climática normal nos dois grandes centros produtores, respaldando a perspectiva de boa produção, capaz de permitir recuperar, em parte, o estoque mundial do produto, então em nível bastante reduzido.

MANOBRAS ESPECULATIVAS LEVARAM O MERCADO À POSIÇÃO BAIXISTA.

Tendo em vista as boas perspectivas de produção e os números referentes ao total a ser produzido na safra temporã do Brasil, foi desencadeada uma série de manobras especulativas que viria influir diretamente no mercado, mantendo-o numa posição baixista em torno de US$ 1,54/lb-peso, representando um decréscimo de 13% quando confrontado aos níveis de igual período em 1977.

SAFRA 78/79 INDICA PERÍODO DE ESCASSEZ DA MATÉRIA-PRIMA.

Porém, ao atingirmos o início da safra 78/79, a produção mundial não se mostrou tão promissora quanto foi propalado. No Brasil, o atraso da safra temporã, coincidindo sua colheita com o desenvolvimento final da safra principal (floração e birração), acarretou alguns problemas à lavoura. Em conseqüência, a safra principal sofrerá perdas, estimadas em 12 mil t, frente à previsão inicial da colheita.

Comentários

Nos países africanos, a situação climática sofreu completa reviravolta: a pequena precipitação pluviométrica com a qual ora se defronta a lavoura daqueles países, poderá causar forte frustação de safra. Em conseqüência, algumas fontes já estimam a produção africana em nível próximo ao obtido em 76/77, o mais baixo dos últimos dez anos.

Coadjuvado a esses fatores, a fraqueza do dólar norte-americano e a conseqüente descrença dos investidores internacionais em relação aos mercados monetários e de metais, vieram influenciar positivamente a trajetória dos preços do cacau, induzindo-os a alcançar níveis mais elevados que no mesmo período do ano passado.

Atualmente o quadro relativo à futura disponibilidade de cacau não sofreu grande alteração. De um lado, informações oriundas da África sobre o desenvolvimento da safra 78/79, continuam indicando perspectiva não muito otimista, refletida em previsões de frustração em alguns países do continente que, em conjunto, detêm cerca de 94% da produção africana. Os dados ora disponíveis indicam redução de safra em Gana (-8%), Costa do Marfim (-8%), Nigéria (-20%) e Camarões (-5%). Estas perdas, se realmente ocorrerem, representarão uma redução da oferta de cacau da ordem de 80 mil t.

Na Bahia, a redução esperada está por se confirmar. Notícias da região produtora dão conta de um total colhido até o momento, por volta de 80% da safra principal e não existe perspectiva de que a produção venha a ultrapassar a 1,3 milhão de sacas (80 mil t).

ESTOQUES PODERÃO SE MOSTRAR INSUFICIENTES EM 78/79.

Frente a esses dados, a recuperação dos estoques mundiais, iniciada a partir da safra 77/78, poderá sofrer processo de reversão em 78/79. As últimas previsões, embora prematuras, indicam um déficit de 38 mil t entre a produção e a moagem mundiais de amêndoas. Se confirmadas estas estimativas, em fins de setembro de 1979, o estoque encontrar-se-á por volta de 379 mil t, considerado insuficiente, pelo setor industrial.

Essa situação de relativa escassez deverá atingir seu ápice em fevereiro de 1979, tendo em vista os dados recentes sobre as entregas realizadas pelos agricultores dos dois grandes centros produtores (Brasil e África). Mantido o atual ritmo de vendas até fevereiro próximo, a disponibilidade de cacau, exceto o **carry-over**, deverá atingir níveis bem reduzidos naquele mês. Na região produtora da Bahia, acredita-se que os 20% restantes da safra principal brasileira deverão ser colhidos o mais

tardar até meados de janeiro. Por sua vez, a média das entregas de cacau realizadas por Gana e pela Costa do Marfim na atual safra atingiu a 12 mil t semanais. Mantido esse ritmo, a disponibilidade daqueles países estará exaurida em meados de fevereiro de 1979.

SAFRA TEMPORÃ DO PRÓXIMO PERÍODO, PODERÁ REGISTRAR RECORDE NA PRODUÇÃO.

Porém, o quadro acima delineado poderá sofrer algumas alterações a partir da entrada da próxima safra temporã brasileira no mercado internacional. A cinco meses do início da colheita, qualquer estimativa de produção reveste-se de caráter precário. No entanto, o atual estágio em que se encontra a floração da safra temporã indica uma boa produção, podendo alcançar os níveis daquela finda há poucos meses.

Embora improvável, é possível a reversão das expectativas acerca da produção temporã brasileira. Tal possibilidade correria por conta de uma forte incidência de "podridão parda", espectro permanente da cacauicultura brasileira. Entretanto, este ano, no período propício à evolução do agente patógeno (1º semestre), o órgão responsável pela assistência técnica para o cacau conseguiu cobrir 67% da área considerada como principal foco da doença na região produtora.

Outro fator limitante ao desenvolvimento da futura produção temporã poderá vir a ser a situação climática a vigorar na região produtora durante os primeiros meses do ano vindouro. Neste período, quando ocorre a "birração", a ocorrência de chuvas é crucial para o desenvolvimento satisfatório da cultura.

PREÇOS DEVERÃO SE MANTER FIRMES.

Portanto, a perspectiva de preços para o ano vindouro ainda se revela favorável do ponto de vista dos produtores de cacau. As informações disponíveis até o momento permitem estimar que as cotações do produto alcançarão 2.400 STG/t em Londres, já em meados do mês de março.

No que tange às exportações brasileiras, há grande possibilidade de que a receita proveniente das vendas de cacau e seus derivados conseguirá em 1978 repetir a casa dos 800 milhões de dólares obtidos em 1977, desde que os responsáveis pelos setores produtor e exportador, se mostrem, mais uma vez, capazes de aproveitar os momentos propícios para efetuarem suas vendas. Este registro contribuirá para compensar o eventual desempenho negativo de outros produtos agrícolas exportáveis.

Comentários

ARROZ

COMO CONTER MAIS UMA POSSÍVEL CRISE DE ABASTECIMENTO?

A comercialização de arroz em 1978 vem transcorrendo de forma bastante conturbada, embora crises mais agudas de abastecimento já se tenham tornado rotina na vida do consumidor brasileiro. No entanto, as autoridades governamentais não pouparam esforços retóricos, objetivando não alarmar a população e transferir aos vilões de sempre, os especuladores, as responsabilidades dos percalços sofridos.

AS CAUSAS DA ELEVAÇÃO DOS PREÇOS DO ARROZ

No período janeiro/novembro de 1978, os preços do arroz no mercado varejista do Rio de Janeiro elevaram-se em 53%. Embora a valorização efetiva do cereal neste período tenha sido ainda superior àquela percentagem, alguns fatos econômicos esvaziam o caráter extraordinário deste aumento:

— a produção esperada da safra 77/78 à época do plantio (8,4 milhões de t), já apresentava redução de 1,1 milhões de t em relação à quantidade obtida na estação anterior. Apesar de ser fartamente conhecida a dependência da produção brasileira dos fatores climáticos, nenhuma medida extra de estímulo ao plantio foi adotada, sob a alegação de que os estoques oficiais eram abundantes;

— a seca que atingiu, em 1978, a região Centro-Sul do país, teve o efeito de reduzir a produção da safra 77/78 a apenas 7,4 milhões de t, inferior, portanto, em 2,0 milhões de t à obtida na safra anterior.

O aumento sofrido pelas cotações do cereal, portanto, além de se respaldar em uma situação de escassez, provocou um reajuste de preços capaz, se tanto, de compensar as perdas em relação à inflação que os orizicultores vêm acumulando há algum tempo. No período mar/76 – dez/77, por exemplo, enquanto as taxas oficiais de inflação atingiam 82%, os comerciantes de arroz lograram reajuste de preço de apenas 50%.

EM QUANTO OS PREÇOS DO ARROZ AUMENTARAM EM 1978?

Por outro lado, a percentagem de elevação de preços verificada em 1978 é, na verdade, inferior à valorização de preços realmente desfrutada pelos comerciantes e produtores de arroz, durante o período. A partir de meados de 1978, principalmente, os estoques oficiais foram continuadamente repassados aos grandes centros de consumo, a preços inferiores aos vigentes no mercado atacadista, permitindo aos varejistas uma composição de custos de aquisição mais atrativa. Adicionalmente, foi também adotado (e não reprimido) o recurso de misturar produto de qualidade inferior ao arroz de primeira.

Devido a esta singular composição de custos de aquisição, que varia em função da possível barganha exercida pelo varejista, a estimativa da real elevação dos preços do arroz em 1978 constitui tarefa árdua. No entanto, a evolução da cotação do

cereal no mercado livre dos grandes centros distribuidores — como em Porto Alegre por exemplo — certamente constitui indicador de razoável qualidade.

IMPORTAÇÃO, RECURSO ACIONADO TARDIAMENTE.

A utilização da composição de custos de aquisição referida, antes de justificar acusações desairosas de que têm sido alvo os produtores é, principalmente, os comerciantes de arroz constitui, na verdade, a única estratégia de vendas cuja implementação revela-se possível, frente às limitações impostas pelo tabelamento e pela escassez do cereal. Além disso, já era sabido desde a época da colheita que, fatalmente, ocorreriam problemas de abastecimento em fins de 1978. A opção do mercado internacional foi sendo postergada, devido aos problemas de nossa balança comercial e, principalmente, pela certeza de que um simples tabelamento atenderia plenamente ao objetivo governamental mais imediato — o controle dos índices inflacionários.

Há algumas semanas começaram a surgir notícias dando conta da importação (ainda secreta) de 100 mil t de arroz. No entanto, este recurso só foi acionado depois de trancorrido um ano, durante o qual o consumidor foi obrigado a adquirir produto de qualidade inferior, a preço elevado. As notícias de importações surgem justamente quando se verifica o plantio da safra 78/79 resultando, certamente, em desestímulo extra ao orizicultor. No entanto, constitui desestímulo ainda maior a constatação de que os estoques oficiais abundantes, não eram tão abundantes assim.

...E A PRÓXIMA SAFRA...

O quadro delineado pela comercialização de arroz em 1978 pode, enganosamente, indicar a ocorrência de boa remuneração aos produtores e, conseqüentemente, uma possível expansão da área de plantio da próxima safra. No entanto, a seca e o veranico demonstraram, mais uma vez, seu potencial destruidor que, desta feita, assumiu proporção singular, em algumas regiões. Além de não impedir a escalada da inflação, visto ser um instrumento ineficiente, por sua vez o tabelamento imposto às cotações do produto gera, para o agricultor, a certeza de remuneração reduzida a médio prazo.

OS GAÚCHOS DEVERÃO AUMENTAR SUA PARTICIPAÇÃO.

O Rio Grande do Sul, único grande produtor da região Centro-Sul a não apresentar quebra de produção na última safra, deverá ampliar sua área de plantio, porém em pequena proporção. A sofisticada estrutura gaúcha de produção e comercialização de arroz, embora garanta uma boa produtividade e remuneração mais estável para o produtor, não permite, por seu custo de implementação, variações mais significativas na área plantada do cereal, em resposta aos sinais apresentados pelo mercado.

Comentários

Nos demais estados da região Centro-Sul, as perspectivas são menos alvissareiras. Em Minas Gerais e São Paulo, o prejuízo sofrido pelos produtores do cereal, em decorrência da seca de 1978, deverá imprimir aceleração ainda maior à tendência de substituição da cultura, que há anos se verifica. Goiás, por sua vez, parece estar prestes a adquirir *status* de ex-grande produtor de arroz, embora seja ainda diminuto o número de seus municípios possuidores da infra-estrutura agrícola necessária à expulsão do arroz a taxas mais elevadas.

OS PREÇOS ATRATIVOS DESFRUTADOS PELOS PECUARISTAS INCENTIVAM O ARROZ

Apesar das informações, até mesmo contraditórias, provenientes do antigo estado de Mato Grosso, é provável a manutenção, este ano, da área plantada em 77/78. Em Mato Grosso do Norte, a perspectiva de preços atrativos para a carne bovina deverá provocar o aumento do desmatamento de áreas novas para implantação de futuras pastagens. Como é sabido, o arroz nessas áreas é utilizado como barateador do processo de expansão da fronteira agrícola. Adicionalmente, a região não foi atingida pelas intempéries climáticas na última safra, obtendo boa produtividade. No entanto a perspectiva de aumento de área no Norte deverá ser compensada por possível redução no Sul do antigo estado, cujos produtores de arroz sofreram perdas elevadas decorrentes do veranico, enquanto a soja vem demonstrando boa capacidade de adaptação às condições locais.

UMA TENTATIVA DE PREVISÃO DA SAFRA.

A nível nacional, o quadro delineado pelo desenvolvimento do plantio nos principais estados, até o momento, não parece justificar uma perspectiva otimista em relação à próxima safra. Apenas a título de exercício, é possível tentar estimar a produção brasileira de arroz para a safra 79/80 a partir de informações relativas à intenção de plantio nos diversos estados da região Centro-Sul, fornecidas por órgãos estaduais do setor agropecuário. Tendo em vista a precariedade dos dados relativos às regiões Norte e Nordeste, vamos supor sua produção em nível próximo ao obtido na última safra — 1,5 milhões de t.

A área de plantio no Rio Grande do Sul provavelmente sofrerá elevação, devendo situar-se, superestimadamente, em torno de 593 mil ha (+ 10% em relação a 77/78). Se confirmada a previsão de área, será possível àquele estado a obtenção de uma colheita da ordem de 2,2 milhões de t. Em relação aos estados restantes da região Centro-Sul, as informações disponíveis permitem estimar uma área de plantio situada entre 3.890 e 4.196 mil ha, o que corresponde a uma variação entre -7% e 2% em relação a área utilizada em 77/78. Como estimativa de produtividade, parece razoável utilizar a média dos rendimentos obtidos na região, nas safras 75/76 e 76/77. Excluimos deste cálculo o rendimento da estação 77/78 devido aos problemas climáticos que a afetaram. Se àqueles limites de área aplicarmos a média de

produtividade acima determinada — 1.225 kg/ha — obteremos para a região Centro-Sul (exclusive o RG) uma produção entre 4,8 e 5,1 milhões de t. Admitida a hipótese anteriormente explicitada acerca da produção do Norte e do Nordeste e a avaliação da colheita gaúcha, a produção brasileira situar-se-ia entre 8,5 e 8,8 milhões de t.

Vale notar, entretanto, que qualquer estimativa de produção de arroz no Brasil estará invariavelmente, sujeita a uma margem de erro bastante elevada, em função da extrema suscetibilidade de cerca de 9/10 da área de cultivo do cereal às intempéries climáticas. A projeção feita deve, portanto, ser encarada com a devida precaução.

ESTOQUE DE SEGURANÇA, EXPORTAÇÕES; ... OBJETIVOS DE DIFICIL CONSECUÇÃO EM 1979.

Segundo a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), o consumo interno, em 1978, situar-se-á em torno de 8,3 milhões de t. Se considerarmos uma taxa de crescimento vegetativo para o consumo da ordem de 2 a 3%, a produção brasileira terá de atingir em 1979 um mínimo de 8,5 milhões de t, para que o recurso ao mercado internacional seja dispensável. A hipótese de formação de estoques de segurança, embora de realização possível, dependerá da ocorrência de condições climáticas bastante favoráveis nas regiões produtoras de arroz de sequeiro, de modo a se alcançar 1.225 kg/ha, uma avaliação otimista da produtividade média da cultura, na região Centro-Sul.

MILHO

A ABUNDÂNCIA INTERNACIONAL

À medida em que se estendiam as benesses climáticas para a produção de grãos nos EUA, seguiam-se contínuas reavaliações das estimativas da safra de milho naquele país. Nas condições de 1º de novembro, quando aproximadamente 73% da produção já haviam sido colhidos, o USDA estimou uma produtividade média de 6.352 kg/ha (recorde), consolidando uma eventual colheita de 175,0 milhões de toneladas.

Comentários

À safra abundante com impacto baixista sobre os preços internacionais, somam-se alguns fatores que, dada a intercompensação final das forças de mercado, acabarão por resultar numa relativa estabilidade de preços na Bolsa de Chicago, no período 1978/79. As recentes resoluções, no âmbito da política antiinflacionária de Carter, levaram à manutenção dos programas de **set-aside** e de diversificação do plantio de 1979, ao nível dos 10% (enquanto os produtores visavam à faixa dos 30%) e, certamente, atuarão no sentido de coibir a alta dos preços internos. Por outro lado, existe um volumoso estoque de grãos forrageiros (cerca de 19,0 milhões de t) vinculado ao programa de reservas e, portanto, fora da comercialização. Adicionalmente, prevê-se maior consumo de rações pelos rebanhos animais (dada a favorabilidade dos preços relativos carnes/rações) nos EUA, enquanto paira a expectativa de firmeza na demanda internacional, subitamente influenciada pela entrada da China que deverá comprar, em 78/79, cerca de 10,0 milhões de t de trigo e milho.

...E A ESCASSEZ NO BRASIL.

Contrariamente ao espectro de abundância de milho no Hemisfério Norte, o Brasil, durante todo o ano de 1978, tem-se debruçado sobre sérios percalços no abastecimento interno do cereal. Efetivamente, as seqüelas da política econômica e do clima reduziram a safra 77/78 ao crítico montante de 13,9 milhões de toneladas, inferior em 28% ao resultado da temporada anterior. A tentativa de se contornar a pressão inflacionária decorrente, via tabelamento, tem sido inoperante, pois os preços praticados no mercado prosseguem em sua escalada altista, pressionando os custos de produção de aves, suínos e produtos almentícios derivados do cereal.

Neste sentido, dado que o perfil da produção de milho indica o predomínio do seu cultivo em pequenas propriedades, cujo poder de retenção de estoques é naturalmente reduzido, é razoável supor que os maiores incrementos do preço foram apropriados pelos intermediários, os detentores eventuais de estoques. Assim, enquanto os preços recebidos pelos produtores (mercado livre) no estado de São Paulo, mostraram um acréscimo da ordem de 10% no período jul-out/78, o acréscimo sofrido pelo preço do atacado no mercado "negro" foi, certamente, superior, evidenciando a ineficiência do tabelamento.

IMPORTAÇÃO & ABASTECIMENTO INTERNO.

O mercado externo, como opção para amenizar os efeitos do mau desempenho da produção brasileira, passou a constituir a principal saída no sentido de regularizar o abastecimento no mercado interno. No entanto, a excessiva morosidade com que foram acionadas as importações e os óbices advindos da deficiente distribuição, retardaram o acesso dos consumidores ao produto importado, prejudicando a efetivação dos objetivos planejados.

Comentários

Desde as primeiras compras externas, optou-se pela aquisição de cerca de 1,5 milhão de t, das quais 970 mil t já desembarcaram nos portos brasileiros e aproximadamente 750 mil t já foram entregues aos centros consumidores. Não obstante, esperam as autoridades governamentais colocar no mercado o restante das importações, até fevereiro 79, programação esta que tem no seu atraso e na exigüidade do tempo, obstáculos a sua plena consecução. Por este motivo, os preços no mercado interno deverão continuar resistindo à queda até aquele mês.

SAFRA 78/79: PRIMEIRAS ESTIMATIVAS.

Uma vez posicionado o abastecimento até a entrada da safra 78/79 sobre a mesma cumpre tecer algumas considerações. Na sua configuração associaram-se alguns fatores para reduzir o otimismo das primeiras estimativas que oscilavam em torno de 20,0 milhões de t. De um lado, a relativa falta de liqüidez dos agricultores face à sensível redução no valor da produção experimentada na última temporada, leva o custeio das culturas a uma singular dependência dos créditos oficiais. Estes, por seu turno, além de geralmente reduzidos na atual conjuntura, têm o preço mínimo como valor de referência para o cálculo do montante a ser fornecido por hectare.

Como o preço mínimo — à exceção do PR, SC e RJ — é tido como inferior aos custos operacionais de produção, pode-se inferir, em função da menor disponibilidade de recursos — próprios ou oficiais — que a expectativa de grandes aumentos na área cultivada deve ser encarada com restrição a despeito do forte estímulo dos preços de mercado à época do plantio. Adicionalmente, ao reduzir-se a disponibilidade de recursos para custeio, incorre-se na menor utilização de insumos modernos e em menores cuidados nos tratos culturais, de sorte a tornar provável a ocorrência de redução da produtividade.

A SITUAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-SUL.

No estado do Paraná, onde o preço mínimo supera os custos de produção, espera-se um crescimento da área em torno de 5%, comparando-se com 76/77. Tal incremento vem se efetivando, não só em detrimento da área da soja, como também pela ampliação do cultivo intercalar do milho junto aos cafezais. Nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, estima-se uma expansão generalizada do cereal, notadamente nas zonas minifundiárias. Em síntese, a oferta conjunta dos três estados do Sul deverá registrar pequeno aumento frente à safra 76/77, recorde de produção brasileira, atingindo cerca de 10 milhões de t.

A volta aos níveis de 76/77, entretanto, não deverá ocorrer nos estados de São Paulo, Goiás e Minas Gerais, onde áreas tradicionais do cereal estão sendo usadas para pastagens. Para os três estados, prevê-se uma queda na produção, comparando-se a 76/77, na faixa de 5 a 10%.

Comentários

BALANÇO OFERTAS & DEMANDAS.

Pela análise do plantio e do desenvolvimento da lavoura nos principais estados produtores, e salvo excepcionalidades climáticas, a próxima safra brasileira de milho oscilará em torno de 18,5 milhões de t, inferior à colheita recorde de 76/77 (19,2 milhões de t).

O consumo interno de milho, por seu turno, deverá continuar em ascensão, em decorrência da firmeza de preços que deverá caracterizar o mercado de carnes durante 1979. Respaldado, notoriamente, na expansão da produção de aves e suínos, o mercado de rações deverá atingir cerca de 11,5 milhões de t (crescimento de 10% sobre 1978), por si só resultando numa demanda de 6,5 - 7,0 milhões de t de milho. Nesse sentido, e na expectativa de uma demanda potencial ao redor de 18 milhões de t de milho, pode-se inferir que ao final da fase de comercialização da safra 78/79, o Brasil poderá estar em uma das seguintes posições:

- dotado de exígüos estoques de segurança, às custas de não participar do comércio internacional;
- mantendo sua posição de pequeno exportador mundial em detrimento de um estoque estratégico.

É evidente que, se a safra permitir algum excedente sobre o consumo, a melhor opção é a primeira, em que pese nossa ausência do comércio internacional.

LEITE

ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO E CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO.

Neste final de ano, os produtores de leite vêm se deparando com mais um problema: a impossibilidade de escoar a produção via usinas de beneficiamento. Estas usinas têm argumentado que a atual superprodução de leite e a insuficiente capacidade de transformação de leite em pó de que dispõem, não lhes permite absorver o total da

produção.

No entanto, a capacidade estática de transformar o leite *in natura* em leite em pó não decresceu nos últimos anos. Tampouco a produção de leite cresceu nesse período, a ponto de superar a capacidade instalada. Pelo contrário, temos assistido à inauguração de várias outras unidades de processamento, sendo que uma delas, situada no Triângulo Mineiro, se encontra inclusive entre as maiores do país. A afirmação de que a produção de leite, em 1978, cresceu a uma taxa superior a 30% precisa ser encarada com cuidado. Deve-se ter em conta que tal crescimento é relativo ao ano de 1977, quando a produção leiteira sofreu um decréscimo em relação ao ano anterior.

DADOS PARCIAIS: EM 1977 HOUVE DÉFICIT.

A despeito de não serem disponíveis dados sobre a produção global de leite, os números relativos à parcela da produção sob inspeção federal indicam uma redução, em 1977, de 12,2% do volume recebido pelas usinas como leite tipo C, em 1976. No mesmo período, a reconstituição de leite em pó mais do que triplicou, segundo a mesma fonte. Em 1977, o Brasil, para cobrir o déficit interno, foi obrigado a realizar sua maior importação de leite em pó. A expansão verificada naquele período na produção dos derivados mais sofisticados do leite (iogurtes, alguns tipos de queijo etc), não é suficiente para invalidar a hipótese de redução do volume produzido em 1977. Tendo em vista o controle de preços exercido sobre a comercialização do leite C e, por outro lado, a relativa liberdade de preços gozada pelos produtos da linha sofisticada de derivados, é natural que um déficit da produção leiteira repercuta com maior intensidade, sobre o produto tabelado.

1978: PRODUÇÃO SUPERESTIMADA FRENTE À TENDÊNCIA HISTÓRICA.

A produção leiteira em 1978 não pode, assim, ser rotulada de "superprodução" em relação a 1977. Uma vez que este ano foi atípico, qualquer cálculo que o considere como base deve estar superestimado. Além do mais, usando-se os dados da produção sob inspeção federal de anos anteriores, é possível concluir que o crescimento ocorrido em 1978 apenas reconduziu o volume produzido a nível próximo ao de 1976, permitindo ao setor leiteiro retomar seu ritmo histórico de crescimento, interrompido em 1977. Nesse caso, é difícil aceitar o esgotamento da capacidade industrial de processamento, quando em anos anteriores esta era tida como ociosa.

Um outro argumento utilizado pelas indústrias — atribuir a produtores eventuais o excesso momentâneo de leite — não parece se justificar. Segundo as usinas, estes produtores estariam encaminhando para o processamento um maior volume de leite oriundo de rebanho misto. Obviamente, tal argumento não se coaduna com a tese, já comprovada, de que nos períodos de alta dos preços da carne — produto alternativo — o envio de leite de rebanho misto é minimizado.

Comentários

O POSSÍVEL OBJETIVO DAS USINAS.

Assim, a recusa das usinas de beneficiamento em receber leite, possivelmente se justifica apenas como pressão para que o processamento de leite em pó a ser estocado, se faça mediante financiamento subsidiado pelo setor público. A concentração de capital que se verifica no setor, onde as três maiores empresas detêm 60% do patrimônio líqüido setorial e a empresa líder detêm 47%, confere força ainda maior à reivindicação.

De qualquer forma, o governo resolveu criar um programa cujo objetivo é o de financiar a estocagem de 30 mil toneladas de leite em pó. Além disso, se dispôs a adquirir até 20 mil toneladas do produto para programas sociais. Contudo, a verba para a consecução destas metas ainda não foi liberada e esta demora tem prejudicado os pecuaristas, pois as usinas vêm efetuando o pagamento da matéria-prima com atraso, sob o argumento de falta de capital de giro.

UMA PREOCUPAÇÃO ADICIONAL.

Além das preocupações naturais com os problemas que enfrenta internamente, o setor produtivo ainda vislumbra uma ameaça externa: os elevados estoques de leite em pó da CEE. Este temor se justifica porque a importação do leite em pó europeu pode ser feita a um preço muito inferior ao preço interno (a relação de preços produto europeu/produto nacional é cerca de 1/5). Do ponto de vista das indústrias, a importação poderia ser extremamente lucrativa, pois se apropriariam da diferença vultosa entre os preços externo e interno. Resta aos produtores a esperança de que o governo, preocupado com o impacto negativo da importação sobre a produção leiteira dos próximos anos e sobre o balanço comercial, não lance mão de tal medida.

SUCO CÍTRICO

PERSPECTIVAS DO SETOR SÃO BASTANTE FAVORÁVEIS PARA 1979.

Após um ano de problemas internos advindos da discussão sobre os preços a serem pagos ao produtor, o setor citrícola brasileiro vislumbra perspectivas favoráveis, em 1979, para a produção de suco concentrado. No plano interno, os setores produtivo e industrial já alcançaram um acordo, em que pese o desgaste sofrido, inclusive pelo governo; no plano externo, a citricultura brasileira poderá beneficiar-se das novas condições do mercado internacional.

Comentários

As primeiras previsões oficiais sobre a produção de laranja nos EUA (Flórida), principal concorrente do Brasil na produção de suco concentrado, trouxeram fundada expectativa a respeito de melhores ganhos no ano de 1979. Os números atuais indicam um volume a ser produzido de 167 milhões de caixas, que se posiciona como a mais fraca produção dos últimos cinco anos. Para o setor citrícola brasileiro, esta previsão é altamente estimulante visto que, anteriormente, os norte-americanos haviam anunciado uma produção em torno de 200 milhões de caixas.

REDUÇÃO NA SAFRA NORTE-AMERICANA CONSOLIDA MERCADO PROMISSOR.

A redução estimada da safra norte-americana indica a manutenção de um mercado promissor para as exportações brasileiras destinadas aos EUA e Canadá, que atualmente absorvem cerca de 110 mil t de suco concentrado aqui fabricado. Em relação ao volume total previsto das exportações brasileiras a serem realizadas na atual safra — 330 mil t — aqueles mercados deverão absorver cerca de 33%. Nível que deverá ser mantido na próxima safra (78/79).

Estas perspectivas poderão tornar-se ainda mais otimistas em função do rigor do inverno no Hemisfério Norte. A ocorrência de uma nova geada na região produtora da Flórida, introduziria graves perturbações no mercado interno dos EUA na temporada 78/79 pois o *carry-over* estimado para o final desta safra (dezembro), de 25 milhões de galões de suco, é o mais baixo desde a safra 71/72.

PRODUÇÃO DE LARANJAS NO BRASIL DEVERÁ SER MENOR.

Por outro lado, o desenvolvimento dos pomares em São Paulo não se mostra favorável. Em princípio este fato era esperado, pois devemos considerar a alternância de produtividade observada na cultura de laranja. Como estamos colhendo uma boa safra, provavelmente a safra seguinte não deverá registrar ganhos de produtividade. Adicionalmente, as informações sobre a região produtora indicam problemas em relação à floração dos pomares, duramente prejudicada em decorrência da escassez de chuvas.

Assim, a produção paulista de laranja para a futura safra, com início previsto para abril/79 deverá, o quando muito, permanecer nos mesmos níveis da atual safra — 113,8 milhões de caixas. Algumas previsões menos otimistas insistem em situá-la por volta e 100 milhões de caixas.

A EXPANSÃO INDUSTRIAL E SUA MOTIVAÇÃO.

Mas outras preocupações afligem o setor, decorrentes da grande expansão do parque industrial paulista de suco concentrado. Segundo informação da ABRASSUCOS, a meta de moagem a ser atingida na safra 80/81, seria de 183 milhões de

caixas, o dobro do atual processamento (90 milhões de caixas). Qual seria, no entanto, o objetivo desta formidável expansão da capacidade industrial instalada? Em princípio, o de elevar o volume das exportações brasileiras de suco concentrado em proporção compatível com esta expansão.

No entanto, as perspectivas de aumento da participação do produto brasileiro no mercado internacional de suco, embora bastante alvissareiras, permitem descartar, de imediato, a hipótese de uma elevação em torno de 100%, em tão curto espaço de tempo. Vale lembrar que no início da presente safra, quando os segmentos agrícola e industrial do setor debatiam o preço a ser pago ao produtor de laranja, anunciava-se fartamente que a capacidade de colocação do produto brasileiro no mercado externo seria da ordem de 240 mil t/ano, considerando-se as quantidades exportadas nos últimos anos. Mas a meta de moagem que se pretende atingir (183 milhões de caixas/ano) representa, potencialmente, 610 mil t/ano de suco concentrado.

Ainda que os estudos de mercado realizados pelo setor industrial indiquem a possibilidade de se exportar aquele volume, restaria outro obstáculo a ser contornado — a disponibilidade de matéria-prima. A capacidade instalada que se pretende para 80/81 requer um aumento da produção de laranja de 62% em relação à colheita de 78/79, supondo-se constante o consumo atual do produto *in natural*.

Por outro lado, a elevação da capacidade instalada, apesar do ônus resultante da provável ociosidade, permitiria às empresas que a realizassem, erigir uma barreira à entrada de novas firmas neste mercado. Além disso, poderiam aumentar suas participações no mercado internacional, sempre que houvesse eventuais reduções da oferta norte-americana.

RECEITA CAMBIAL PODERÁ ATINGIR US$ 300 MILHÕES EM 79.

As perspectivas em relação ao preço internacional do suco são extremamente favoráveis, já que não se espera redução da atual cotação, US$ 1000,/t. O rigor do inverno norte-americano pode, inclusive, determinar um preço mais elevado do que este. Diante disso, é provável que as exportações brasileiras de suco atinjam, em 1978, a soma de US$ 250 milhões. Ademais, o quadro descrito para o próximo ano, permite estimar o valor das exportações em US$ 300 milhões, cifra que poderá ser ultrapassada na hipótese de uma nova geada na Flórida.

Comentários

AVICULTURA

EM SÍNTESE, UM BOM DESEMPENHO EM 1978.

Ao examinarmos o desenvolvimento do setor avícola brasileiro em 1978 verificamos que este segmento agropecuário, a despeito da marcante atipicidade do ano que termina, tanto no mercado de insumos como no próprio mercado de carnes, apresentará um crescimento da produção, que confirma os prognósticos iniciais.

Dos fatores que afetaram negativamente o desempenho da avicultura destaca-se, de imediato, a pressão exercida pelo mercado de rações. Sem dúvida, a quebra da safra de milho refletiu-se diretamente no setor de rações, elevando os seus preços que, de janeiro a novembro, cresceram 67,3%. Por outro lado, a peste suína africana, não obstante tenha induzido a uma ampliação do consumo de carne de frango, acabou por gerar problemas para o setor avícola, com as restrições ao trânsito de animais impostas pelo Ministério da Agricultura. A conseqüência desse entrave foi um excesso de oferta nas áreas de produção (notadamente no estado de São Paulo), com a concomitante queda dos preços.

A EVOLUÇÃO DOS PREÇOS RELATIVOS.

No 3º trimestre de 1978, particularmente, a conjunção desses fatores de baixa redundou em efetiva compressão da margem de lucro dos avicultores, mesmo quando os preços do frango, influenciados pela renitente alta dos preços no mercado de bovinos, experimentavam sucessivos aumentos. Nesse período, o preço relativo frango/ração, praticado no estado de São Paulo, se reduziu de 9,5% e 12,9% em relação aos níveis do trimestre anterior e de idêntico período de 1977, respectivamente. A partir de outubro, no entanto, tal relação de preços vem somando significativos incrementos na medida em que convivem uma relativa escassez de frangos junto aos abatedouros e uma demanda sazonal mais acentuada, pela estocagem dos supermercados face à proximidade do final do ano.

Contrariamente às suposições atuais, 1978 não será certamente um ano de retornos excepcionais para a atividade avícola. Os percalços mencionados, além de obstaculizarem a própria produção brasileira de carne de aves, farão com que, em 1978, o preço relativo frango/ração se situe ao redor da média dos três últimos anos e seja superior em apenas 3,9% ao índice médio de 1977.

PRODUÇÃO & EXPORTAÇÃO RECORDES.

Em termos globais, no entanto, o setor logrará bom desempenho com a produção brasileira de carne de aves alcançando, ao final de 78, cerca de 790 mil t (725 mil t provenientes exclusivamente de frangos), representando um crescimento de 14,0%

em relação à temporada anterior e propiciando um consumo da ordem de 7,0 kg per capita no ano em curso, contra 4,9 kg em 1975. Analogamente ao desenvolvimento do consumo interno, as exportações de frangos congelados indicam uma crescente participação do Brasil no comércio internacional. Os preços competitivos e a boa qualidade do produto têm sido a principal arma para a abertura e expansão desses mercados. Embora aquém dos objetivos inicialmente traçados — exportar 67 mil t, cerca de 8% do comércio mundial — a avicultura de corte responderá, em 1978, pela geração de receita cambial da ordem de US$ 48,1 milhões, mediante a comercialização externa de 50 mil t de frango.

PERSPECTIVAS FUTURAS.

Para o ano vindouro, as primeiras estimativas se revelam otimistas quanto ao desempenho do setor avícola de corte no Brasil. De um lado, prevê-se a continuação da fase ascendente dos preços da carne bovina, o que se refletirá de forma generalizada sobre todo o mercado de carnes, induzindo à ampliação do consumo de pequenos e médios animais. De outro, as primeiras previsões para o ano agrícola 78/79 apontam um recorde de produção de soja, enquanto a safra de milho, dependendo das futuras condições climáticas, tangenciará a colheita recorde de 76/77. A se configurarem tais estimativas favoráveis, a produção interna de rações, em 1979, deverá ser superior à produção de 1978, assegurando um abastecimento regular do setor avícola durante o ano próximo.

Pelo exposto, espera-se um relativo abrandamento da pressão exercida pelo item alimentação sobre os custos operacionais da atividade avícola. Há também, perspectiva de favorabilidade dos preços internos de seu produto final. Conseqüentemente configurar-se-á solidação de um preço relativo frango/ração mais remunerado, que deverá resultar em um incremento da produção brasileira de carne de aves superior a 10$, suprindo uma parcela adicional do deficit de carne bovina e criando condições para que o país eleve sua fatia no comércio internacional de frango congelado. Nesse sentido, prevê-se um novo recorde das vendas externas, (em torno de 60 mil t), desde que os entraves exercidos pela infraestrutura portuária de armazenagem a frio de transporte marítimo sejam minimizados.

Comentários

CARNE BOVINA

RECUPERAÇÃO DO NÍVEL DE PREÇOS.

Os preços do boi gordo no período julho a novembro ascenderam 19% em termos reais, cifra considerada inédita comparativamente às altas verificadas nas últimas entressafras. O preço de Cr$ 400,00 por arroba, em julho, considerado altamente remunerador pelos próprios pecuaristas, foi facilmente ultrapassado. Nesse período houve a recuperação histórica dos preços, atingindo em termos reais a mesma posição de 1974. Muito embora fosse previsível o comportamento ascensional do mercado no período em questão, as medidas implementadas não foram suficientes para neutralizar a escassez prognosticada e gerar tranquilidade no abastecimento.

ESTOQUE REGULADOR TÍMIDO.

O esquema adotado de se comercializar parte da produção a preços controlados, seria bem sucedido se estivessem disponíveis estoques superiores a 300 mil toneladas de carne, ou que, pelo menos, a importação que se efetuou somada aos estoques da COBAL perfizesse uma reserva no nível mencionado.

Geralmente, a existência de estoque está na dependência direta de haver um excedente de produção em determinado período. No caso da carne, o período da safra sempre resulta em oferta maior do que o consumo, porém em quantidade determinada pela fase do ciclo do mercado bovino.

Como em 1978 o rebanho passava por um período de recuperação, apenas pequeno excedente foi gerado. Ademais, o preço-referência para a aquisição de carne do estoque oficial estava bem distanciado do preço de mercado. Em conseqüência, a estocagem resultante foi suficiente apenas para sustentar uma distribuição semanal pouco superior a 6 mil toneladas, volume equivalente a um sétimo da exigência global do mercado.

MERCADO EXTERNO: OPÇÃO INSUFICIENTE.

A exemplo de outros produtos básicos, a carne teve também o déficit interno compensado por importações ainda no período de safra. Buscaram-se importações de carne em quantidades que sustassem a escalada interna dos preços. A carne de procedência externa seria distribuida pelos supermercados, a exemplo do estoque da COBAL. A pequena disponibilidade do produto no exterior, no entanto, não permitiu grandes compras, restringindo-se inclusive aos mercados de maior proximidade Uruguai e Argentina. A elevação de preços e a proteção ao consumo interno nesses países atuaram como entrave adicional às pretensões brasileiras. Assim, o baixo nível do estoque final (reservas internas + importações) não passou de um instrumento débil para regulagem do abastecimento, prestando-se tão somente a oferecer o produto nas capitais onde o controle de preço é estratégico.

Comentários

Na verdade, o mercado interno, até a entrada da safra, esteve várias vezes na iminência de um colapso no abastecimento. Diante disso, as manifestações oficiais sobre as disponibilidades internas se revestiram de caráter político, espelhando, assim, o quadro de dificuldades do abastecimento interno.

1979: AINDA PREÇOS ALTOS.

Iniciando-se agora a nova safra, cria-se a expectativa sobre sua *performance* no abastecimento interno. Esta safra é marcada pela característica de ainda contar com o fenômeno de retenção das rêses que entram no segundo ano de crescimento. Os preços que, no final da entressafra, ultrapassaram a casa dos Cr$ 500,00 por arroba do boi vivo, se estabilizaram. É de se esperar que tal comportamento se estenda por toda a safra, não se verificando mais as constantes elevações do último período de entressafra. Tampouco esperam-se quedas significativas de preços, como as verificadas nos anos em que o rebanho estava em liquidação, caso típico de 1977. Assim, é provável que o preço da carne tenda à estabilização durante a safra e sofra elevação moderada na entressafra, de modo a se obter uma média anual levemente superior a de 1978.

NOVA MODALIDADE DE IMPORTAÇÃO.

Um fator pode estar contribuindo para a estabilidade de preços, verificada em dezembro, mês de menor produção se comparado aos demais da safra. O primeiro deles é a importação de bovinos vivos (magros e gordos) da Argentina. A CACEX já teria autorizado o total de 200 mil cabeças, estando a primeira partida de 100 mil cabeças liberada e entrando no país.

Essa importação feita em sua maior parte por frigoríficos privados, resulta em pouco menos de 50 mil t de carne. No entanto a concentração das compras, num período relativamente pequeno de tempo, torna-a, a curto prazo, num instrumento ponderável de contenção dos preços.

SAFRA AINDA INSUFICIENTE.

O crescimento do rebanho, previsto para o próximo ano, não será suficiente para eliminar a defasagem interna da produção. Os dados de abates sob inspeção federal no período de jan-jul/78 indicam um decréscimo de 9,7% em 78, sobre igual período de 77.

Para 1979, espera-se uma oferta pouco superior a de 1978, continuando, no entanto, o mercado externo como solução para o abastecimento da população.

Em relação à quantidade a ser estocada, possivelmente não se conseguirão mais toneladas que as armazenadas em 78, o que restringirá a venda de carne a poucas praças, ainda assim com cotas pequenas. No momento, o país importa gado vivo da Argen-

tina ao preço de Cr$ 10,00/kg (Cr$ 17-18 no mercado interno). Como os frigoríficos participam ativamente da operação, pode-se deduzir que há grande chance dessa carne vir a constituir-se em estoque da COBAL. Logicamente, a venda direta dos frigoríficos no mercado interno seria mais vantajosa do ponto de vista privado.

Mantida a intenção de, em 1979, oferecer carne via supermercados, a preço menor do que dos açougues, inclusive na safra, os esforços deverão ser redobrados, pela necessidade de adquirir carne o ano todo. Em 1978, a formação do estoque deu-se apenas no início da ascensão de preços e mesmo assim houve dificuldade de aquisição. Atualmente, quando os preços já se encontram em patamar mais alto, com tendência de se estabilizar durante safra, a dificuldade será maior.

ALGODÃO

PROBLEMA DE COMPETITIVIDADE DO ALGODÃO BRASILEIRO, NO MERCADO INTERNACIONAL.

A comparação da paridade do algodão brasileiro com seus competidores mais próximos no mercado internacional (algodão da Guatemala, Argentina, Paquistão — tipo AC-134, URSS — Tretyi e Orleans/Texas 3.8/78.000), demonstra um alijamento do nosso produto deste mercado, cujo preço é superior em aproximadamente 10%. Neste confronto foram considerados os preços CIF-Norte da Europa para todos os países, sendo que no caso do produto brasileiro estão incluídos os 20% de subsídios.

A questão que se coloca é como passamos de uma situação de extrema competitividade internacional em anos anteriores para uma necessidade permanente de subsídios à exportação.

ALGUNS FATORES EXPLICATIVOS DA ATUAL FALTA DE PARIDADE.

Dentre os fatores que explicam este comportamento, certamente o custo de produção é dos mais importantes. O progressivo esgotamento dos solos, determinou a necessidade de se produzir obedecendo às técnicas mais sofisticadas, com ênfase em insumos modernos. Entretanto, o progressivo aumento de preços de alguns des-

ses insumos, como fertilizantes, defensivos, corretivos, equipamentos etc., apesar do controle sistemático dos preços de venda do produto final, acarretou uma defasagem em relação às cotações internacionais, por onerar, excessivamente, nosso custo de produção. De outro lado os incentivos à indústria têxtil exportadora (que alcançam até 70%) – responsável pelo consumo de 1/3 da produção nacional – resultam em relativa proteção à indústria. Uma diferença entre o preço interno e externo ao redor de 10% pode ser compensada, pelos incentivos fiscais e creditícios na operação exportadora. Desta forma, e entre certos limites, a exportação têxtil não pressiona por medidas que pudessem tornar a produção interna mais competitiva.

FATORES CONDICIONANTES DO TAMANHO DA ÁREA PLANTADA.

Por ser o algodão uma cultura de elevado custo por hectare, apresenta forte correlação entre área plantada e as condições creditícias e de preço, principalmente à época do plantio. Apesar de ter recebido estímulo neste sentido da área governamental para atual safra, as condições climáticas adversas no período de plantio na região Centro-Sul – ausência de chuvas em setembro/outubro – respondem pela contração da área plantada. Entre os pequenos proprietários (sítios em torno de 6 alqueires) no estado de São Paulo, alguns preferiram arrendar suas terras por 4-5 anos para o cultivo da cana, ao preço equivalente a 30 t de cana por alqueire/ano de acordo com o IAA, garantindo uma renda certa sem os riscos da atividade. Adicionalmente, o produto tem perdido área na região Centro-Sul para a soja e o milho.

ESTIMATIVAS DA ÁREA PLANTADA POR ESTADOS.

Segundo estimativas do estado, a área plantada em 78 em São Paulo deverá se situar em torno de 328 mil ha, isto é, uma redução da ordem de 5%. Esta reversão de expectativas, uma vez que em fins de setembro estimava-se um aumento de área de 5%, se explica pelo atraso das chuvas associado ao preço da soja. O estado do Paraná, depois de estimar em setembro a área plantada entre 310 mil e 319 mil ha, indica agora uma área em torno de 290 mil ha. Em Minas Gerais, estima-se que na região norte a contração da área colhida (inexistem dados sobre área plantada) deverá ficar em torno de 4% (algodão perdendo área para pecuária) e no triângulo mineiro, ocorrerá uma redução em torno de 8%, em virtude da concorrência com a cultura de milho e a produção pecuária. Tomando-se o estado como um todo, deverá haver uma redução de 5% em relação aos 121 mil ha da safra anterior. Alguns problemas adicionais na região contribuíram para esta queda no cultivo: a venda de sementes pela Camig mediante pagamento à vista, bem como os maquinistas vendendo caroço como semente. Mato Grosso parece ser o único estado do Centro-Sul com aumento de área de 10%. Espera-se para 78, 45 mil ha.

GRANDE REDUÇÃO DE ÁREA NO ESTA-

Caso particular é o do estado de Goiás, que vem de um período de duas safras frustradas. Há uma redução de área prevista, superior a 50%. As principais atividades

Comentários

DO DE GOIÁS.

que vêm substituindo o algodão são a pecuária de leite, a pecuária de corte e a cultura do milho. Esta redução deverá se traduzir em grave problema social, uma vez que um alqueire de algodão ocupa vinte pessoas enquanto que um alqueire de pecuária ou milho, com tecnologia moderna, absorve duas pessoas. Como a atividade algodão é desenvolvida por unidades familiares, o desemprego resultante não parecerá tão elevado.

PERSPECTIVAS PARA 79 NA REGIÃO CENTRO-SUL.

Esta área plantada deverá gerar para a região Centro-Sul, em 79, uma produção entre 380 mil t de algodão em pluma, contra uma produção de 316 mil t em 78. A introdução em São Paulo de uma nova variedade (IAC-17) que permite uma produtividade entre 20 e 30% superior, permite uma expectativa de produção superior à do ano anterior apesar da ligeira contração de área, a menos de adversidades climáticas.

SOJA

EM 79, GRANDE OFERTA DE OLEAGINOSAS,

As sondagens sobre o comportamento do mercado de soja, no próximo ano, têm revelado opiniões calcadas num posicionamento cauteloso. As previsões, em geral, coincidem com aquelas feitas para 1978, ou seja, novamente são esperadas safras inéditas nos dois maiores produtores, EUA e Brasil, e nos coadjuvantes, Argentina e Paraguai. Reforçando estas avaliações, que podem ser consideradas até mesmo pessimistas do ponto de vista dos vendedores, há expectativa de oferta ampliada de produtos substitutos. Assim, a produção malaia de óleo de palma sugere uma recuperação da cultura dos efeitos dos distúrbios climáticos sobre safras anteriores e possivelmente será 25% maior. As colheitas de amendoim da Índia e do Senegal também parecem promissoras, enquanto a colza canadense obterá um resultado 50% superior ao da safra passada e o girassol soviético chegará a 6,5 milhões de t.

COMO EM 78.

No entanto, não era qualitativamente diferente o panorama que 1978 apresentava a seus perscrutadores de 1977. No início daquele ano, o USDA previa preços ao redor de US$ 5,50/bu para a soja em grãos norte-americana durante o ano comercial entrante. Uma previsão de preços muito baixos que não se confirmou.

Comentários

FATORES DE SUSTENTAÇÃO...

Embora a drástica redução de 3 milhões de t na safra brasileira tivesse sido um fato totalmente inesperado àquela altura, outros fatores subjacentes favoráveis à sustentação do mercado existiram e deverão permanecer. A maior eficiência alimentar obtida com a ampliação do uso do farelo de soja nas rações, nos países industrializados, engendrou uma experiência positiva que recomenda manterem-se os níveis de utilização do farelo. Tal processo beneficia-se do barateamento da proteína norte-americana em relação ao poder de compra dos consumidores europeus e favorece a manutenção dos projetos governamentais de melhoria do padrão alimentar na Europa. Incrementos dos rebanhos mundiais, principalmente avícolas, tornam-se, então, causas e conseqüências da existência de uma demanda sólida.

Mesmo assim, os primeiros meses do novo ano deverão assistir a um recuo nas cotações internacionais da soja, bastando para tanto que a safra brasileira evolua normalmente e a colheita norte-americana confirme sua esperada pujança. Todavia, não será surpreendente um reajustamento das estimativas do USDA, para baixo, da super-safra do EUA, hoje avaliada em 49,3 milhões de t. O relatório sobre as safras, em janeiro, deverá incorporar dados mais concretos, uma vez que já será conhecido o grau dos danos causados pelo retardamento no plantio e pela ocorrência de temperaturas elevadas durante o desenvolvimento das sementes.

...DE UM EQUILÍBRIO PRECÁRIO.

O precário equilíbrio entre os elementos formadores da oferta e da demanda internacionais construirá os preços pelos quais se transacionará a soja na próxima estação, em nível dificilmente superior ao vigente atualmente. A própria persistência de cotações mais elevadas do que o esperado em 1978, atuará sobre a próxima escolha sobre o que plantar dos fazendeiros norte-americanos, em meados do próximo ano, quando se estará escoando a produção brasileira.

NO BRASIL, UM ARREFECIMENTO...

Os eventos que influenciam o mercado da leguminosa não se fundamentam em processos recentemente percebidos. Até pelo contrário, o conhecimento da tendência à queda das cotações da soja no mercado externo era um dos motivos que, no Brasil, pareciam indicar um estancamento da expansão da sojicultura. Os demais motivos alegados tinham origem interna. A redução do percentual obtenível para financiamento de custeio e o preço mínimo considerado desestimulante (lavouras competidoras em área recebiam preços mínimos mais atraentes) associaram-se, no início da tomada de decisões para o plantio de verão, ao temor à inconveniência da monocultura, verificado o mau resultado da safra 77/78.

...QUE ACABOU NÃO ACONTECENDO.

A superação da expectativa pessimista para o plantio da soja encontrou apoio nas altas cotações do complexo soja, em Chicago e, em algumas regiões, no prosseguí-

mento da instabilidade climática que inviabilizou o plantio do algodão.

Atualmente, a concordância de diversos órgãos em torno de números finais para a nova safra, semelhantes aos esperados para 1978, indica que, mais uma vez, o agricultor brasileiro apostou no imponderável, confiando novamente na boa rentabilidade da sojicultura, instável em razão da configuração do mercado.

Desta forma, os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul continuarão respondendo por 80% da produção brasileira de soja. O primeiro enfrenta ainda problemas de atraso do plantio em algumas regiões, com o recuo da leguminosa no Norte e um aumento no Leste. As chuvas irregulares impossibilitaram o uso de variedades precoces em certas áreas, ocorrendo a troca por semi-tardias. Esperava-se uma redução de 3,4% na área da soja mas, agora, considera-se razoável supor a repetição da área plantada em 1977, 2,4 milhões de ha. O Rio Grande do Sul, cuja semeadura evoluiu de modo mais satisfatório, beneficiou-se de um clima mais complacente e, calculando um incremento de 3% na área cultivada, poderá aproximar-se de 4,0 milhões de ha.

PRODUÇÃO VIRTUAL.

De uma área total plantada com soja preliminarmente estimada em 8,4 milhões de ha, chegou-se a 8,2 milhões de ha, dos quais poderão ser extraídas aproximadamente 13,5 milhões de t. Caso aplicássemos à área suposta a média das produtividades das três safras anteriores a 1978 (1.728 kg/ha) alcançaríamos 14,1 milhões de t. O que afasta este extremo otimista das cogitações atuais é a necessidade da repetição de condições favoráveis, este ano ausentes. A descapitalização dos produtores obrigou-os ao relaxamento na aplicação de insumos modernos. Paralelamente, a baixa qualidade das sementes plantadas desaconselha ilusões quanto à produtividade.

UTILIZAÇÃO POSSÍVEL.

Se for atingida a produção prevista de (13,5 milhões de t), o parque de esmagamento será contemplado, pela primeira vez, com um volume de grão superior a 10,0 milhões de t, que redundariam em 8,0 milhões de t de farelo, das quais 6,2 milhões seriam exportadas e 1,6 milhões destinadas ao consumo interno. A produção do óleo estaria por volta de 1,9 milhão de t, com mais de 600 mil t exportadas.

MERCADO INTERNACIONAL, EM 1979.

Ainda que a composição orgânica do mercado mundial de oleaginosas venha favorecer o segmento de farelos, o protecionismo europeu conseguiu diminuir a margem de ganho do exportador brasileiro, com a nova taxação de 11,1%.

Admitindo-se que o desenvolvimento das safras brasileira e norte-americana seja favorável, a entrada das colheitas sul-americanas terá efeito depressivo sobre o mercado. A garantia dos ganhos dos produtores e exportadores brasileiros poderá ser

Comentários

tentada através da liberação das vendas do complexo — cuidando-se de preservar o abastecimento interno — para que sua comercialização se dê, majoritariamente, até a colheita.

A partir de março/abril, as cotações poderão regredir e se escorarão nas importações soviéticas previstas, pois a URSS terá desocupado seu parque de esmagamento da moagem de girassol.

Mesmo levando em conta a oferta recorde da soja no próximo ano, o USDA prevê um preço médio a ser recebido pelos produtores norte-americanos, de US$ 6,50 por *bushel*, considerado muito bom. No Brasil, os preços internos tendem a se situar em níveis possivelmente semelhantes aos atuais, em razão da competição entre os setores exportador e industrial, mesmo manobrando num raio de ação mais amplo, permitido por uma safra maior do que a de 77/78.

Também colaboraram neste número, os seguintes estagiários:

Andrea Delmonte
Elaine Faria Brito
Frederico Augusto N. Borges Neto
Lauro Flávio V. de Faria
Rogério Carneiro Campello
Sônia Uderman

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 — Rio de Janeiro — RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo — representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais — Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais — Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais — Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas — Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica — Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados — Eugenio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 — 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL